



FRIGOL S.A.

Companhia Fechada | CNPJ nº 68.067.446/0012-20 - NIRE: 35.300.372.344

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CEO

No ano de 2023, seguimos nosso plano estratégico e investimos em nossas três plantas industriais para aumentar a capacidade de abate, perseguindo o objetivo de focar na eficiência operacional. Fechamos o ano com 573 mil bovinos abatidos, alta de 21% ante 2022. Pelo 2º ano consecutivo, crescemos acima de 20% a produção.

Em 2023, atingimos o segundo melhor resultado financeiro da companhia, somente atrás de 2022. O aumento na produção ajudou a diluir ainda mais os custos e a termos um desempenho melhor.

A Receita Bruta em 2023 foi de R\$ 3,3 bilhões e o lucro líquido de 54,5 milhões. Já o EBITDA foi de R\$ 146,7 milhões, com margem de 4,8%. Mesmo com a alta no volume produzido, as receitas foram impactadas negativamente. No mercado externo, o Brasil sofreu com o autêntico de quase um mês nas exportações para a China, após identificação de um caso atípico de vaca louca. No restante do ano, vimos o dólar se manter em patamares inferiores a 2022, assistimos à queda no preço pago pelo mercado chinês no primeiro semestre e sua estabilização no segundo semestre.

Em paralelo, seguimos a estratégia de diversificar mercados. No primeiro semestre, conquistamos as habilitações para Indonésia e Singapura e, no segundo semestre, fizemos os primeiros embarques para ambos os destinos. Vimos o bloco de países da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático) com grande potencial para nossa companhia.

No mercado interno, que representa cerca de 50% do faturamento, temos cada vez mais focado em produtos e serviços de alto valor agregado e margens melhores, como a plataforma Açogue Completo, que teve um crescimento expressivo no ano.

Refletindo a disciplina financeira e o esforço na gestão de capital de giro, encerramos o ano com caixa de R\$ 350,9 milhões, 36% maior que o registrado ao fim de 2022. A alavancagem ficou em 1,2x Divida Líquida/EBITDA, extremamente saudável para o nosso segmento.

Com a agenda ESG no centro de nossa estratégia de negócios, tivemos a honra de sermos reconhecidos pelo anuário Época Negócios 360º como a segunda empresa com melhor Governança do setor de alimentos e bebidas.

Pela segunda vez consecutiva, tivemos 100% de conformidade nos critérios determinados pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Pecúária Sustentável, em auditoria supervisionada pelo Ministério Público Federal no Pará. O resultado comprova que todo o gado adquirido de fornecedores diretos no bioma Amazônia respeita critérios socioambientais.

E fomos o primeiro frigorífico a implementar o Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado no Cerrado, coordenado pelas organizações Profrest, Imafloa e National Wildlife Federation - NWF.

No âmbito social, desenvolvemos uma série de ações cujos aportes se deram via lei de incentivos fiscais e doações. Esses projetos contribuíram para o desenvolvimento das três cidades onde temos unidades industriais, levando educação, cultura e esporte à população. Além disso, geramos novas oportunidades de trabalho nessas regiões ao ampliarmos nosso quadro para cerca de 3.300 colaboradores com o objetivo de dar suporte à expansão da produção.

Finalizo agradecendo aos colaboradores, acionistas, pecuaristas, fornecedores, clientes e consumidores por mais um ano de ajuda na construção de uma FriGol mais eficiente.

Seguiremos em 2024 cumprindo nossa missão de alimentar famílias no Brasil e no mundo de forma sustentável.

Obrigado,
Eduardo Miron, CEO da FriGol

DESTAQUES FINANCEIROS

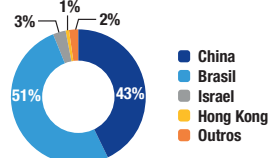
Receita Bruta R\$ 3,3 bilhões (-14% vs. 2022 R\$3,8 bilhões)	Receita Líquida: R\$ 3,1 bilhões (-14% vs. 2022 R\$3,6 bilhões)
Divida Bruta: R\$ 527,2 milhões (+0,4% vs. 2022 R\$524,8 milhões)	Divida Líquida: 176,2 milhões (-34% vs. 2022 R\$265,9 milhões)
Caixa: R\$ 350,9 milhões (+36% vs. 2022 R\$258,9 milhões)	
EBITDA: R\$ 146,7 milhões (-41% vs. 2022 250,8 milhões)	Lucro Líquido: R\$ 54,5 milhões (-59% vs. 2022 de R\$132,9 milhões)
Margem EBITDA: 4,8% (-2,2 pp vs. 2022 7,0%)	Margem de Lucro Líquido: 1,8% (-1,9 pp vs. 2022 3,7%)
Alavancagem 1,2x (vs. 1,1x 2022)	FCO 206,0 milhões (vs. 2022 20,3 milhões)

O resultado do ano de 2023 é reflexo do esforço contínuo da companhia em gerar valor, buscando minimizar os impactos que a queda no preço de venda teve em nosso faturamento. Mesmo com volume de abate superior, as receitas foram reduzidas devido a uma série de fatores que ocorreram durante o ano, como o valor médio da arroba, que caiu cerca de 20%, sendo acompanhado pela queda de preço da carne no mercado externo e interno.

Neste contexto, a Receita Bruta fechou o ano em R\$ 3,3 bilhões, redução de 14% em comparação aos R\$ 3,8 bilhões do ano anterior. O preço de exportação mais desafiador, somado à ligeira deflação nos preços praticados também no mercado interno, foi determinante para essa queda.

No mercado externo, a China continuou sendo o principal destino das exportações, tendo um aumento de 6% no volume em relação ao ano anterior, representando 86,5% do faturamento com exportações em 2023.

Com queda de preço menos expressiva do que no mercado externo, o mercado interno aumentou sua participação na receita de 47% em 2022 para 50% em 2023, sendo beneficiado pelo aumento das vendas em São Paulo, propiciadas pela plena operação de nossos dois centros de distribuição no Estado.



R\$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Receita bruta de vendas	3.260.191	3.774.593	(14%)	3.124.241	4%
Impostos e deduções s/vendas	(100.046)	(104.799)	(5%)	(113.233)	(12%)
Deduções e abatimentos	(73.226)	(95.439)	(23%)	(50.759)	44%
Receita líquida	3.086.919	3.574.354	(14%)	2.960.249	4%
% da Receita Bruta	94,7%	94,7%	(0,0 p.p.)	94,8%	(0,1 p.p.)

Receita Líquida de Vendas

A Receita Líquida em 2023 reduziu 14% quando comparada com 2022, atingindo R\$ 3.087 milhões contra R\$ 3.574 milhões respectivamente. As deduções sobre a Receita Bruta se mantiveram em linha com o ano anterior, ficando em 5,3%.

Custo do Produto Vendido

O Custo dos Produtos Vendidos no ano de 2023 totalizou R\$ 2.673 milhões, ou 86,6% da Receita Líquida. Essa redução de 11% em relação ao ano anterior foi decorrente principalmente da redução do preço da arroba bovina CEPEA/SP, que teve a média de R\$ 254,7 em 2023 contra R\$ 317,7 em 2022, mesmo com uma maior quantidade de animais abatidos, com aumento de 21%, saindo de 473.769 em 2022 para 573.314 em 2023.

R\$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Receita Operacional Líquida	3.086.919	3.574.354	(14%)	2.960.249	4%
Custo do Produto Vendido	(2.673.483)	(2.999.274)	(11%)	(2.659.357)	1%
% Receita Líquida	86,6%	83,9%	2,7 p.p.	89,8%	(3,2 p.p.)
Lucro Bruto	413.436	575.080	(28%)	300.892	37%
Margem Bruta	13,4%	16,1%	(2,7 p.p.)	10,2%	3,2 p.p.

DVGA - Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

R\$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Despesas com vendas	(244.538)	(254.877)	(4%)	(142.646)	71%
% Receita líquida	7,9%	7,1%	0,8 p.p.	4,8%	3,1 p.p.
Despesas G&A	(92.224)	(99.978)	(8%)	(62.921)	47%
% Receita líquida	3,1%	3,4%	(0,3 p.p.)	2,1%	1,0 p.p.
Despesas Totais	(336.762)	(354.855)	(5%)	(205.567)	64%
% Receita líquida	10,9%	9,9%	1,0 p.p.	6,9%	4,0 p.p.

O aumento da despesa com vendas proporcionalmente à Receita Líquida ocorreu em função do incremento dos custos de fretes e transferências. Em 2022, a FriGol atuou ativamente na arbitragem de abate e desossa entre plantas. Apesar do aumento de quadro de funcionários corporativos, em função da nossa capacidade produtiva crescente e de acordo com as melhores práticas de Governança, mostramos-nos eficientes e conseguimos diluir as despesas com pessoal em um esforço de readequação dos custos ao cenário atual de mercado.

EBITDA

R\$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Lucro (Prejuízo) Líquido	54.488	132.910	(59%)	40.793	34%
(+) IR e CS e Diferidos	(11.574)	40.295	(129%)	(12.442)	(7%)
(+) Resultado Finan. Líquido	82.058	61.104	34%	73.110	12%
(+) Depreciação e Amortização	20.606	15.058	37%	14.623	41%
(+) Despesas não recorrentes	277	1.410	(80%)	8.620	(97%)
(+) Doações Incentivadas	874				
EBITDA	146.729	250.777	(41%)	124.704	18%
Margem EBITDA	4,8%	7,0%	(2,3 p.p.)	4,2%	0,5 p.p.

O EBITDA de 2023 é segundo melhor resultado da FriGol, ficando apenas atrás de 2022, tendo atingido R\$ 146,7 milhões, representando uma redução de 41% sobre o mesmo período de 2022, com R\$ 250,8 milhões.

Na margem, houve uma redução de 2,3p.p., devido ao aumento nos custos de insumos e de vendas em relação à Receita Líquida, fruto de um cenário de preços mais desafiador, principalmente devido ao desaquecimento da demanda chinesa por carne, que não foi acompanhado pela redução nos custos de aquisição na mesma proporção.

Resultado Financeiro

R\$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Resultado líquido	(82.058)	(61.104)	34%	(73.110)	12%
% Receita líquida	2,7%	1,7%	0,9 p.p.	2,5%	0,2 p.p.

Fruto da mudança no perfil da dívida e na liquidez da companhia, incluindo a emissão dos CRAs com prazo de até 6 anos, os ganhos com aplicações financeiras saltaram 69% em comparação com 2022, resultado do aumento do saldo de caixa e equivalentes de 36%, amenizando os impactos do aumento nas despesas com juros de 56% no mesmo período. Com isso, o resultado financeiro líquido de 2023 atingiu R\$ (82,1) milhões, aumento de 34% quando comparado com o exercício anterior e 12% comparado com 2021.

Demonstramos abaixo a abertura das despesas financeiras dos últimos 3 anos:

R\$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Juros com financiamento	(53.791)	(34.469)	56%	(29.300)	84%
Juros com contratos de câmbio	(24.101)	(26.101)	(8%)	(15.744)	53%
Perdas com aplicações nas BM&F	(146)	(1.491)	(90%)	(48)	204%
Descontos concedidos	(8.126)	(10.031)	(19%)	(14.465)	(44%)
Outros	(23.851)	(7.727)	209%	(3.530)	576%
Despesas Financeiras	(110.015)	(79.819)	38%	(63.087)	74%
% Receita líquida	3,6%	2,2%	1,3 p.p.	2,1%	1,4 p.p.

Lucro Líquido

R\$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Lucro líquido/prejuízo	54.488	132.910	(59%)	40.793	34%
Margem Lucro Líquido	1,8%	3,7%	(2,0 p.p.)	1,4%	0,4 p.p.

O lucro líquido foi de R\$ 54,5 milhões, uma redução de 59% em relação a 2022, reflexo do resultado operacional explicado acima.

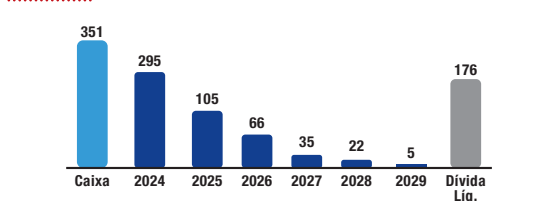
Estrutura de Capital

R\$ mil	2023	2022	Δ% 23x22	2021	Δ% 23x21
Divida Financeira Bruta	527.154	524.817	0,4%	263.512	100,0%
Curto Prazo	294.547	283.998	4%	222.646	32%
Longo Prazo	232.607	240.819	(3%)	40.866	469%
(-) Disponibilidades	350.916	258.925	36%	96.956	262%
Divida Financeira Líquida	176.238	265.892	(34%)	166.556	6%
Ebitda LTM	146.729	250.777	(41%)	124.704	18%
Divida líquida/EBITDA	1,2 x	1,1 x	0,1 x	1,3 x	(0,1 x)

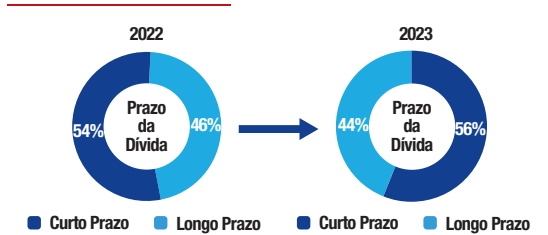
A empresa manteve a estrutura de capital robusta e também um dos menores índices de alavancagem do setor, com 1,2x Divida Líquida/EBITDA em termos contábeis. Fechamos o ano com uma posição de caixa confortável, que saltou de R\$ 258,9 milhões para R\$ 350,9 milhões, representando aproximadamente 70% do endividamento bruto e tendo um total de 44% da dívida no longo prazo. Com respeito ao prazo médio da dívida, chegamos a um total de 16,4 meses. Por moeda, temos um prazo de 8,5 meses para as dívidas em dólar e de 24,2 meses para as dívidas em reais.

PERFIL DA DÍVIDA

POSIÇÃO DE CAIXA E CRONOGRAMA DA DÍVIDA (R\$ MIL)



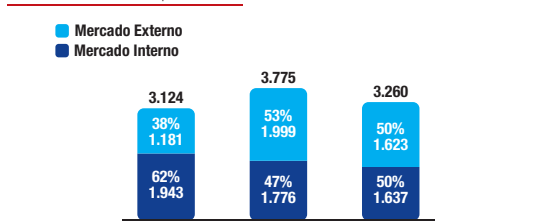
BREAKDOWN DA DÍVIDA



DESTAQUES COMERCIAIS

- Receita Bruta R\$ 3,3 bilhões**
(-14% vs. 2022 R\$3,8 bilhões)
- Receita Líquida: R\$ 3,1 bilhões**
(-14% vs. 2022 R\$ 3,6 bilhões)
- Exportamos para 29 países em 2023**
- # 6.985 Clientes atendidos**

Receita Bruta - R\$ Milhões



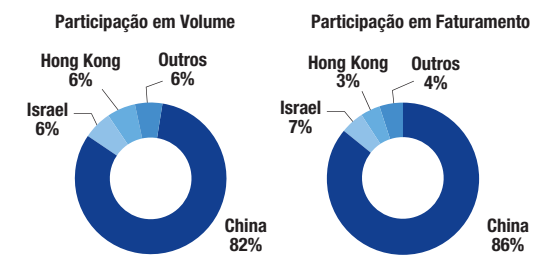
DESTAQUES MERCADO EXTERNO 2023

MERCADO EXTERNO:	Volume: China: 81,9% Israel: 6,6% Hong Kong: 5,8% Outros: 5,7%	Faturamento: China: 86,5% Israel: 7,2% Hong Kong: 2,5% Outros: 3,6%
CHINA: 57.368 toneladas e USD 278.174 milhões (-21% vs. 2022 USD 351.082 milhões)		
ISRAEL: 4.614 toneladas e USD 22.897 milhões (-17% vs. 2022 USD 19.538 milhões)		
DEMAIS LOCALIDADES: 8.062 toneladas e USD 19.197 milhões (+12% vs. 2022 USD 17.109 milhões)		

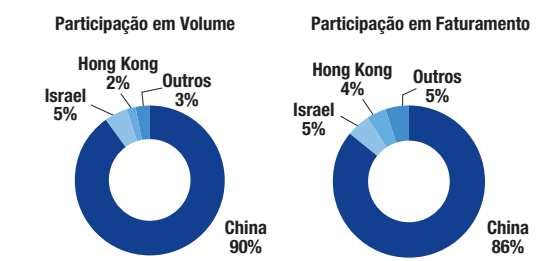
Em 2023 a companhia teve um aumento no volume exportado para 70 mil toneladas, 12% acima do ano anterior. Entretanto, nas exportações para a China, nosso principal mercado, tivemos a redução de 21% no faturamento anual, de USD 351 milhões para USD 278 milhões.

Houve a conquista de novas habilitações para países asiáticos, como Singapura e Indonésia, buscando a menor penetração nessa região com alto potencial de demanda.

2023



2022

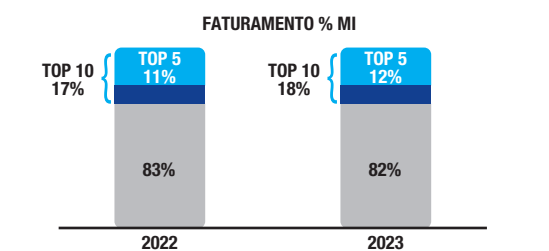


DESTAQUES MERCADO INTERNO 2023

- VENDAS:** 158.657 toneladas
(+15% vs. 2022 138.370 toneladas)
- VENDAS:** 4.108 toneladas
(-66% vs. 2022 12.252 toneladas)
- LINHAS ESPECIAIS:** 13.609 toneladas
(+36% vs. 2022 9.993 toneladas)
- 52 LOJAS DE AÇOGUE COMPLETO**

No mercado interno, como resultado de nosso posicionamento estratégico, as vendas das linhas de produtos de valor agregado cresceram 36% em 2023. O projeto Açogue Completo teve aumento de 30% no volume vendido em comparação com 2022. Trata-se de um projeto de destaque, que, em parceria com supermercadistas, presta consultoria especializada, diversos treinamentos e planos de ação para melhorar desde a exposição dos produtos até o atendimento ao cliente final. Em 2023, foram atendidos 2.031 clientes com produtos da linha e chegamos ao fim do ano com um total de 52 lojas com serviços técnicos da companhia.

Concentração Carteira Clientes MI



Mantivemos alta liquidez e baixa concentração de carteira. Os 5 maiores clientes da companhia no mercado interno representam apenas 12% do faturamento e os 10 maiores apenas 18%.

DESTAQUES PRODUTIVOS

Unidades Operacionais

Centro de Distribuição de Bauru - SP Distribuição para o Varejo do Interior/SP Volume Mensal: 2.000 toneladas Início da Operação: 2019	Planta Lençóis Paulista/SP Bovinos Capacidade Abate: 850 animais/dia Área Construída: 21.182 m² Capacidade de Produção: 359 ton/dia Capacidade de Armazenamento: 1.824 ton Colaboradores: 1.170 Início da Operação: 1992	Centro de Distribuição de Jandira - SP Distribuição para o Varejo da Grande/SP Volume Mensal: 1.500 toneladas Início da Operação: 2022
Planta São Félix do Xingu/PA* Bovinos Capacidade Abate: 700 animais/dia Área Construída: 17.720 m² Capacidade de Produção: 285 ton/dia Capacidade de Armazenamento: 1.470 ton Colaboradores: 680 Início da Operação: 2013	Planta Água Azul do Norte/PA Bovinos Capac. Abate: 1.200 animais/dia Área Construída: 19.618 m² Capacidade de Produção: 490 ton/dia Capacidade de Armazenamento: 1.370 ton Colaboradores: 1.230 Início da Operação: 2004	Confinamento Água Azul do Norte - PA Capacidade: 12.600 animais por ano. Ciclos: 2 por ano Terminação: 95 dias
Semiconfinamento São Félix do Xingu - PA Capacidade: 10.500 animais por ano. Ciclos: 2,5 por ano Terminação: 120 dias		

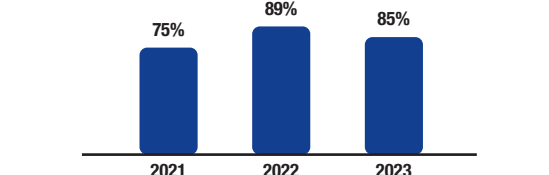
DESTAQUES OPERACIONAIS

- Bovinos abatidos: 573.314**
(+21% vs. 2022 473.769)
- Suínos abatidos: 40.869**
(-73% vs. 2022 154.040)
- Toneladas: 232.963**
(+9% vs. 2022 213.347)
- Taxa de Ocupação de 85%**
(-4pp vs. 2022 89%)
- CAPEX de R\$ 40 milhões com foco na melhoria da eficiência operacional**

Nossas fábricas de carne bovina em natura são certificadas no programa Hazard Analysis and Critical Control Point (HACCP) e na norma global de Qualidade e Segurança de Alimentos BRCGS FOOD. As unidades são auditadas por um organismo certificador independente e, em 2023, conquistamos as grades máximas AA+ em Água Azul do Norte, AA em São Félix do Xingu, e grade A+ em Lençóis Paulista. O símbolo + é concedido às unidades que passaram por auditoria não anunciada. A unidade de Lençóis Paulista desde 2022 conta também com a certificação de bem-estar animal Professional Animal Auditor Certification Organization (PAAO).

Melhoria da Eficiência Operacional

O gráfico abaixo compara a taxa de ocupação nos últimos 3 anos, demonstrando a melhoria na utilização dos recursos da companhia.



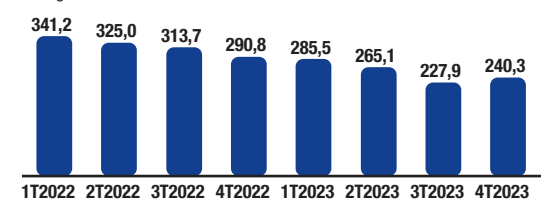
Fornecimento de Matéria-Prima

Bovinos

No 1º trimestre a oferta de gado, o abate de 2023 foi favorável em relação a preços. Foi possível alongar escala de oferta devido a maior oferta, o que, junto com a queda na demanda chinesa, derrubou o valor da arroba durante o ano, apesar do aumento no último trimestre.

Preço da arroba bovina

Preço médio do custo de aquisição do gado (em R\$/@) de acordo com indicador do boi gordo CEPEA/B3



Fonte: CEPEA/B3

Conforme o indicador, a arroba bovina em 2022 teve um custo médio de R\$ 317,7 contra R\$ 254,7 em 2023, uma redução de 19,8%.

Tivemos o crescimento de 21% no total de cabeças abatidas em 2023, atingindo 573,3 mil cabeças.

A taxa de utilização em 2023 foi de 85% contra 89% no ano de 2022.

Nossos investimentos totalizaram mais de R\$ 40 milhões e foram focados no aumento da capacidade operacional, em propiciar a companhia maior agilidade e flexibilidade na produção e na melhoria da eficiência operacional.

Destacamos a seguir os principais investimentos do ano:

- Execução dos investimentos de expansão de abate nas plantas Projeto 1000 em Água Azul do Norte, Projeto 850 em Lençóis Paulistas e Projeto 500 em São Félix do Xingu;
- Finalização da ampliação das câmaras de carcaça para maior capacidade de armazenamento;
- Melhoria no sistema de detecção de Amônia;
- Execução do projeto - Plano Segurança;
- Criação do Laboratório próprio no Pará (AAN) internalizando processos laboratoriais de qualidade.

Permanecemos com a grande

→ continuação

Frigol S.A.											
Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)											
Balancço patrimonial			Balancço patrimonial			Demonstrações dos resultados			Demonstrações dos fluxos de caixa		
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				Passivo circulante			Resultado operacional líquido	27	3.086.919	3.574.354	Atividades operacionais
Caixa e equivalentes de caixa	6	350.916	258.925	Fornecedores	16	201.241	Custo dos produtos vendidos	28	(2.673.483)	(2.999.274)	Lucro líquido do exercício
Contas a receber de clientes	6	171.822	217.766	Fornecedores - partes relacionadas	13/16	2.221	Lucro bruto	28	(113.433)	(575.090)	Depreciação e amortização
Estoque	9	109.512	94.100	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	294.547	Despesas gerais e administrativas	28	(92.224)	(99.970)	Ativo biológico
Ativo biológico	9.1	10.898	20.769	Arrendamentos a pagar	19	9.868	Despesas de vendas	28	(244.538)	(254.877)	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Impostos a recuperar	10	123.818	102.939	Salários e encargos sociais a pagar	20	42.361	Outras despesas	28	(3.083)	(1.975)	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos
Adiantamentos a fornecedores		4.356	3.073	Impostos e contribuições a recolher	21	20.268	Outras receitas	28	51.658	17.469	Provisão de participação nos resultados
Derivativos a receber	31	5.297	2.498	Adiantamentos de clientes	17	46.743	Total de despesas adm., gerais e vendas		(288.187)	(339.361)	Provisão para perdas de crédito esperadas
Outros créditos	8	10.519	10.035	Indenizações cíveis a pagar	22	1.355	Resultado antes do resultado financeiro e impostos		125.249	235.719	Realização da provisão para realização dos estoques
Total do ativo circulante		787.138	717.105	Juros sobre o capital próprio a pagar	23	16.510	Resultado financeiro líquido	29	(82.058)	(61.104)	Provisões para riscos processuais
Ativo não circulante				Dividendos a pagar	24	3.581	Resultado antes dos tributos sobre o lucro		43.191	174.615	Contrapartida dos ajustes de operações de hedge
Impostos a recuperar	10	78.314	61.615	Derivativos a pagar	31	63	Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	(8.395)	(47.546)	Variação líquida do direito de uso/arrendamento a pagar
Impostos fiscais diferidos	11	46.656	26.687	Outras contas a pagar		1.836	Imposto de renda e contribuição social - diferido	11	19.969	7.251	
Depósitos judiciais	25	4.102	3.406	Total do passivo circulante		640.594	Resultado das operações continuadas		54.765	134.320	
Partes relacionadas - fornecedores	13	6.055	10.593	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	232.607	Resultado das operações descontinuadas	31	(277)	(1.410)	
Outros créditos	8	14.009	15.882	Impostos e contribuições a recolher	21	14.162	Lucro líquido do exercício		54.488	132.910	
Imobilizado	14	270.197	265.619	Arrendamentos a pagar	19	14.203	Lucro por ação	32	0,46	1,12	
Intangível	15	1.067	1.116	Provisões para riscos processuais	25	3.981	Demonstrações dos resultados abrangentes		31/12/2023	31/12/2022	
Direito de uso	19	24.517	10.416	Indenizações cíveis a pagar	22	4.273	Lucro líquido do exercício		54.488	132.910	
		295.781	277.151	Outras contas a pagar		1.433	Lucro por ação		0,46	1,12	
		446.100	397.455	Total do passivo não circulante		270.659	Demonstrações do valor adicionado		31/12/2023	31/12/2022	
				Patrimônio líquido	26		Receitas				
				Capital social		126.935	Venda de mercadorias e produtos	3.258.067	3.773.354		
				Reserva legal		11.330	Receita da prestação de serviços	413	1.239		
				Reserva de reavaliação		7.819	Outras receitas	8.094	-		
				Ações de avaliação patrimonial		2.264		3.266.574	3.774.593		
				Reservas de incentivos fiscais		169.252					
				Outros resultados abrangentes		3.323					
				Reserva de lucro		1.064					
				Total do patrimônio líquido		321.985					
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.233.238					
						1.233.238					

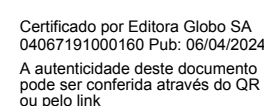
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido											
	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	126.935	3.575	6.002	55.980	8.391	2.386	(1.696)	195.571			
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(291)	-	(6.002)	291			
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	81.288	-	-	(81.288)	-			
Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado	-	-	-	-	(82)	-	82	-			
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(30.879)	(30.879)			
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(12.871)	(12.871)			
Contrapartida dos ajustes de operações de hedge	-	-	-	-	-	-	4.737	4.737			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	132.910	132.910			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	126.935	9.577	-	137.268	8.100	2.304	3.041	2.243	289.468		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	126.935	9.577	-	137.268	8.100	2.304	3.041	2.243	289.468		
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(281)	-	(1.753)	281			
Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado	-	-	-	-	(82)	-	82	-			
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	32.024	-	-	(32.024)	-			
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.830)	(2.830)			
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(19.423)	(19.423)			
Contrapartida dos ajustes de operações de hedge	-	-	-	-	-	-	282	282			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	54.488	54.488			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	126.935	11.330	-	169.292	7.819	2.222	3.323	1.064	321.985		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: 1.1. **1.1. Geral:** A Companhia foi constituída em 1º de julho de 1992, sob a denominação de Frigol Comercial Ltda., tendo como objeto social o abate de animais bovinos e suínos, industrialização, importação, exportação e comércio atacadista de carnes bovinas e suínas. Em 14 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram por unanimidade a transformação do tipo jurídico da Companhia, passando de Frigol Comercial Ltda. para Frigol S.A., aprovando também a consolidação do novo estatuto social e elegendo seus diretores executivos. Com a aprovação da transformação do tipo societário, a Companhia converteu as quotas representativas da capital social em ações pelo mesmo valor, não havendo, portanto, qualquer tipo de alteração no capital social da Companhia. A Companhia é formada por 100% de capital nacional. Em 09 de novembro de 2020, por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 531.590/20-3 de 11 de dezembro de 2020, foi alterada sua Sede, que passou a ser situada na Rua Ana Neri, nº 392, bairro Vila Maria Cristina CEP 18.681-160 no Município e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, e que se destina às atividades administrativas. São três plantas produtivas em Lençóis Paulista - SP, sendo uma de abate de bovinos, outra de suínos e uma granaria responsáveis pelo abastecimento do comércio exterior e todo o interior do Estado de São Paulo e sua Capital. Possui também duas plantas no Estado do Pará nos municípios de Água Azul do Norte e São Félix do Xingu para abate de bovinos e responsável por abastecer as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, além do mercado externo. Possui, ainda, operações terceirizadas em Centros de Distribuição nas cidades de Bauru e Jandira, no Estado de São Paulo. O CD de Bauru está localizado na Rodovia Marechal Rondon, Km 348, Núcleo Residencial Edison Bastos Gasparini, utilizado para armazenagem e distribuição para o mercado interno focado na distribuição no varejo do interior do Estado de São Paulo. O CD de Jandira está localizado na Via de Acesso João de Góes, nº 1701 no Jardim Alvorada, utilizado para armazenagem e distribuição para o mercado interno focado na distribuição no varejo na Capital Paulista, Litorais Norte e Sul e Interior. Exerce também a exploração da atividade agropecuária nas propriedades denominadas fazenda Maguari e fazenda São Félix do Xingu situadas no Município de São Félix do Xingu/PA, e ainda na fazenda Santo Expedito localizada no Município de Água Azul do Norte/PA, as quais são utilizadas nas operações de cria, recria e engorda de bovinos, bem como atividades de confinamento e semiconfinamento de bovinos.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício: a) Em 16 de janeiro de 2023, foi aprovada em AGE a reeleição do Membro do Conselho de Administração, Sr. Britaldo Pedrosa Soares para o cargo de Conselheiro Independente com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do Artigo 146, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/1976; b) Em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada em ARCA, após discussão, os Conselheiros decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: b.1) Aprovar a política de CAPEX da Companhia, a qual foi assinada pela totalidade dos membros do Conselho de Administração neste ato e encontra-se arquivada na sede da Companhia; b.2) Aprovar, nos termos do capítulo décimo da política vigente, a revisão da política de gestão de risco de crédito, mercado e liquidez da Companhia, a qual foi assinada pela totalidade dos membros do Conselho de Administração neste ato e encontra-se arquivada na sede da Companhia; c) Em 06 de fevereiro de 2023, foi aprovada em ARD a abertura da filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Avenida Dr. Churci Zaidan, nº 1550, conjuntos 1016 e 1017, Edifício Capital Corporate Offices, Vila São Francisco (Zona Sul), destinado às atividades administrativas e de escritório; d) Em 1º de março de 2023, foi aprovada em AGO após o exame das matérias e discussão constantes da ordem do dia, foi deliberado e aprovado pela acionista: d.1) Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; d.2) Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, o relatório de auditoria independente, o relatório de auditoria independente do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; d.3) Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a proposta da administração para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; d.3.1) Consignar o pagamento à Acionista da Companhia de juros sobre capital próprio correspondente, no montante bruto de R\$ 12.871 (doze milhões, oitocentos e setenta e um mil), calculados até a data-base do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; d.3.1.1) O valor de R\$ 6.513 (seis milhões, duzentos e treze mil) já foi declarado e pago, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de julho de 2022 e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de setembro de 2022; e d.3.1.2) O saldo residual de juros sobre capital próprio, ora declarados, no montante de R\$ 6.658 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil), será pago em moeda corrente nacional parceladamente, a ocorrer até o término do exercício social do ano de 2023; d.3.2) Consignar a distribuição de dividendos à Acionista da Companhia correspondente ao montante de R\$ 30.879 (trinta milhões oitocentos e setenta e nove mil), a título de dividendos obrigatório e dividendos adicionais; d.3.2.1) O valor de R\$ 8.904 (oito milhões, novecentos e quatro mil) já foi declarado e distribuído a título de dividendos intercalares, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de julho de 2022 e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de setembro de 2022; e d.3.2.2) O saldo residual de dividendos, ora declarados, no montante de R\$ 21.975 (vinte e um milhões, novecentos e setenta e cinco mil), será pago em moeda corrente nacional parceladamente, e ocorrerá até o término do exercício social do ano de 2023; d.3.3) Os pagamentos serão realizados em moeda corrente nacional parceladamente, e ocorrerão até o término do exercício social do ano de 2023, conforme cronograma a ser fixado pela Diretoria Executiva e informado a Acionista; d.4) Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a fixação da remuneração global do ano de 2023 dos Administradores da Companhia no valor de até R\$ 12.705 (doze milhões setecentos e cinco mil) incluídos todos os benefícios e encargos, sendo: R\$ 8.524 (oito milhões quinhentos e vinte e quatro mil), vinculados à remuneração da Diretoria Executiva e R\$ 4.181 (quatro milhões cento e oitenta e um mil) vinculados à remuneração do Conselho de Administração, referidos valores referem-se ao exercício compreendido entre janeiro e dezembro de 2023; e) Em 21 de março de 2023, o conselho de administração deliberou pela remuneração avals dados em dívidas da companhia. Os pagamentos serão início em abril e se encerrarão no mês de dezembro de 2023; f) Em 06 de abril de 2023, foi aprovada em ARD a abertura da filial no Município de Água Azul do Norte, Estado do Pará, situada na Rua Goiás, nº 47, Lote 261 da Quadra 02, Setor Vila Nova, destinado a atividade de depósito fechado; g) Em 05 de junho de 2023, foi aprovada em ARCA a reeleição do membro da diretoria executiva p. Sr. Pedro Aristides Bordon Neto, para cargo de diretor com novo prazo de gestão a partir de 15 de junho de 2023 até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do artigo 146, § 1º, da Lei nº 6.404/76; h) Em 11 de agosto de 2023, a companhia obteve consentimento sobre a quebra das cláusulas contratuais da 1ª e 2ª emissão de debêntures e certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) do 2º trimestre para o descumprimento atual e alteração dos níveis de avaliação para este trimestre tendo em vista o novo contexto econômico do setor; i) No mês de 2023 a Companhia fez uma reavaliação em operações de colaboradores o que impactou em maior custo de salários, verbas rescisórias e encargos sociais no trimestre comparado ao mesmo exercício de 2022. Apesar da redução do quadro a Companhia mantém o padrão de eficiência operacional. O impacto no resultado está divulgado na Nota Explicativa nº 28; j) Em 30 de novembro de 2023, foi aprovada em ARCA a destituição sem justa causa do membro da diretoria executiva o Sr. Pedro Aristides Bordon Neto o qual exerce o cargo de diretor comercial e marketing; k) Em 13 de dezembro de 2023, foi aprovada em AGE conforme segue: k.1) Aprovar a celebração de operação financeira para negociação de valores de Superveniência Ativa da Companhia caracterizada pelos créditos tributários em discussão nos autos do Mandado de Segurança nº 5026909-86.2018.4.03.6100, em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça, impetrado pela Frigol S.A. visando o rescisivo do contrato de direito à exclusão de incentivos e benefícios fiscais de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria (ICMS) da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como a restituição do IRPJ e da CSLL recolhidos a maior em razão daquela indevida inclusão do ICMS, através da celebração de Escritura Pública de Cessão de Crédito; k.2) Aprovar a concessão de poderes aos diretores da Companhia para praticarem todos os atos, bem como, negociem todas as demais condições e regras específicas que se fizerem necessários para efetivação da alienação do ativo deliberado no item k.1 retro; l) Em 15 de dezembro de 2023, foi aprovada em ARCA a reeleição dos membros da Diretoria Executiva: l.1) Aprovar a reeleição do membro da Diretoria Executiva, Sr. José Eduardo de Oliveira Milon, para o cargo de Diretor Presidente com novo prazo de gestão com início em 04 de janeiro de 2024 e término em 03 de janeiro de 2026, nos termos do artigo 111 do Estatuto Social da Companhia; l.2) Aprovar a reeleição do membro da Diretoria Executiva, Sr. Carlos Eduardo Simões Correa, para o cargo de Diretor sem designação específica com novo prazo de gestão com início em 04 de janeiro de 2024 e término em 03 de janeiro de 2026, nos termos do artigo 111 do Estatuto Social da Companhia; l.3) Aprovar a reeleição do membro da Diretoria Executiva, Sr. Orlando Henrique Negrão, para o cargo de

Diretor sem designação específica com novo prazo de gestão com início em 04 de janeiro de 2024 e término em 03 de janeiro de 2026, nos termos do artigo 111 do Estatuto Social da Companhia; l.4) Os Diretores, ora reeleitos, comprovaram o preenchimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76; l.5) Os Diretores, ora reeleitos, tomarão posse de seus mandatos até a data de 04 de janeiro de 2024 para exercerem o cargo de Diretores da Companhia e serão investidos nos poderes necessários ao exercício de suas atribuições, mediante a assinatura dos correspondentes termos de posse que também serão lavrados no livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia; m) Em 26 de dezembro de 2023, foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o destaque de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 19.423, correspondente a R\$ 0,16417928133462 por ação ordinária, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 9º, da Lei nº 9.249/95, o valor líquido será de R\$ 16.510, correspondente a R\$ 0,139552399180348 por ação ordinária. O pagamento à Acionista ocorrerá mediante deliberação oportuna, em conformidade com o consentimento do credor do CRA e após a aprovação do waiver. **2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão. A diretoria executiva da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, em 01 de março de 2024. **a) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias, a administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 07 - Provisão para perdas de crédito esperadas; • Nota Explicativa nº 10 - Ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota Explicativa nº 14 - Definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e sua recuperabilidade; • Nota Explicativa nº 25 - Provisão para riscos processuais; e • Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas adiante. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis: **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida quando o cliente recebe o produto e o pagamento é realizado em dinheiro ou em forma transferida para o comprador. **b) Moeda estrangeira:** **i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reversão são reconhecidas no exercício. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **c) Instrumentos financeiros:** **i) Ativos financeiros não derivativos:** Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: valor justo por meio dos resultados (VJR residual), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Vjora), valor justo por meio de outros resultados abrangentes para instrumento de patrimônio e custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Os saldos desses ativos financeiros da Companhia são formados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6), operações a receber e outras contas a receber (Nota Explicativa nºs 7 e 8), sendo os passivos classificados de acordo com o modo de estruturação e o objetivo de realização e quitadas passivamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e mútuos financeiros entre partes relacionadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **ii) Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-lo às suas localizações e condições disponíveis para venda. A provisão para obsolescência, ajuste a valor líquido de realização e ajuste de moeda estrangeira são registrados quando necessário. As perdas ocorridas no curso normal da produção são partes integrantes do custo de produção, as perdas anormais, se houver, são reconhecidas diretamente como despesa do exercício. **e) Imobilizado: I) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui custos de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, e custos de empréstimos incorridos durante o período de construção. **ii) Depreciação:** Os ativos são depreciados a partir de janeiro de 2009 ou data posterior a esta, quando este for material. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost). Cabe destacar que a Companhia adotou peritos avaliadores especializados para verificação do custo atribuído (deemed cost) de seus bens, para confronto com os valores registrados e controle da mais-valia o que foi resultante para decisão da administração em registrar o custo atribuído (deemed cost). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado, tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais (veja Nota Explicativa nº 14). A adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado causou um aumento não relevante na despesa de depreciação nos exercícios futuros, motivo pelo qual a Companhia não alterará sua política de dividendos. **iii) Outras contas a receber:** Outras contas a receber são classificadas em instrumentos financeiros separadamente, incluindo inspeções e vistas, e são avaliadas no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os



—* continuação

Governança e atribuições	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico - Fixa os parâmetros gerais e os limites Delibera as políticas e as ações decorrentes Acompanha periodicamente a evolução da gestão financeira, riscos e crédito
Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> Plano Tático Acompanha as exposições, recomenda aprimoramentos, aponta eventuais desvios Reporta ao CA periodicamente a evolução de seu acompanhamento
Comitês	<ul style="list-style-type: none"> Plano Operacional Executa as operações dentro dos parâmetros e limites fixados, elabora ferramentas de controle e gestão

5.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber e outros créditos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. Não existem operações concentradas de venda com um único cliente superior a 10%. A administração estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega a serem oferecidos. Os clientes aprovados são monitorados em plataformas de proteção ao crédito pelo período de três meses, sendo este o mesmo prazo de validade do cadastro. Caso sejam identificadas restrições relevantes frente ao limite de crédito aprovado, é realizada a suspensão preventiva do fornecimento, até que o restritivo seja cancelado ou tenha seu teor anulado por documentos anuentes a serem analisados pela equipe interna. A análise da administração inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Não são adotados limites genéricos de acordo com o segmento de mercado do cliente, como praticado por algumas empresas. Os valores a serem liberados para faturamento são determinados em consequência de uma série de análises. Além das características gerais do negócio são avaliadas também peculiaridades de cada pessoa jurídica sujeita ao processo de avaliação dentre as quais podem ser destacadas: • Segmento de mercado; • Mercado interno e mercado externo; • Histórico de inadimplência; • Capital social; e • Tempo de fundação da Empresa. Os fatores acima mencionados são avaliados de maneira essencialmente subjetiva, com o uso de variáveis regionais, sazonalidade de vendas etc. servindo como base para a determinação do crédito a ser concedido, bem como a manutenção do risco no decorrer do tempo. Atrasos constantes, restrições de crédito em nome da empresa ou dos respectivos sócios, excesso de devoluções entre outros, poderão incorrer no bloqueio do cadastro, nestes casos o cliente apenas poderá realizar novas compras mediante pagamento antecipado através de depósito em conta corrente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar em base de pagamento antecipado. A concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes. A Companhia não exige garantia para as vendas a prazo. A Companhia estabeleceu uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com clientes e fornecedores e outros créditos.

5.2. Risco de liquidez: A gestão do risco financeiro de liquidez visa minimizar os impactos causados por eventos que possam comprometer o desempenho da Companhia sob a perspectiva de caixa. A gestão da liquidez tem como objetivo específico a manutenção de recursos em volume compatível com os ciclos e sazonalidades do negócio e orienta quanto às classes de ativos e as contrapartes aceitáveis para os investimentos financeiros da companhia. A Alavancagem da companhia (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) foi mantida em nível inferior a 2,0 vezes o Ebitda Ajustado acumulado nos últimos 12 meses correntes, previsto na política. Nesta data a Companhia atende a política, bem como as cláusulas contratuais vigentes. **5.3. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como risco de moeda, taxa de câmbio e preços de commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Dado que a empresa tem como moeda funcional o Real, todos os controles e atuação da Diretoria Executiva tem como objetivo principal a preservação do fluxo de caixa na referida moeda, observando a convergência da gestão integrada de todos os demais fatores de risco, ou seja, monitorar de forma sistêmica as exposições da companhia. **Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda, em geral o dólar americano (USD), nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A Companhia mantém política de proteção contra o risco em suas exposições nas vendas para o mercado externo, a repressão de ativos em moedas líquidas o montante é de 49,70%. A companhia possui política específica para suas exposições em derivativos para proteção das variações no câmbio que possam acarretar oscilações em seus resultados, conforme tabela a seguir. **Tabela de proteção: Limite de proteção cambial:**

Meses	Mínimo	Máximo
M	50%	80%
M+1	50%	80%
M+2	40%	70%
M+3	30%	60%

Proteção cambial acima de 90 dias, bem como proteção dos percentuais supermencionados, poderão ser realizadas desde que previamente avaliadas pelo Comitê de Riscos, Financeiro e Conformidade e posterior deliberação do Conselho de Administração. Excepcionalmente foi aprovado em 30 de novembro de 2023 a extensão do prazo de proteção até o M+6 com o limite máximo de 15%. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa Libor, CDI e TR, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a alguns dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). Quanto às condições de transações da Companhia, o indexador é o CDI para operações no mercado interno. Ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis. A Política instituída para a Companhia, determinou dois pontos específicos sobre as disponibilidades de caixa destinados a aplicação, conforme segue: • São considerados bancos de primeira linha, aqueles que tenham ratings públicos emitidos pelas principais agências de Classificação de Risco (S&P, Fitch, Moody's), e com classificação mínima BB-; e • Não será permitida concentração superior a 25% da disponibilidade financeira em uma única instituição financeira, exceto se autorizado pelo Conselho de Administração. **Risco com commodities:** No curso normal de suas operações, a Companhia compra commodities, principalmente bovinos vivos, maior componente individual dos custos de produção. O preço de compra de bovinos de terceiros está sujeito a condições de mercado e é influenciado por disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado nacional e internacional, dentre outros aspectos. A política estabelecida pela Companhia, visa estabelecer diretrizes para o processo de gestão dos riscos associados a flutuações do preço da arroba do boi, principal insumo da companhia. 100% dos animais adquiridos para entrega futura, deverão ser hedgeados no ato da consumação da transação de compra. Adicionalmente, exposições por conta de confinamento de animais próprios ou de parceiros também deverão ter suas respectivas exposições apuradas e o saldo exposto deverá ser 100% hedgeado. Com objetivo de mitigação dos riscos de mercado resultantes das transações financeiras e operacionais, ficam aprovados os seguintes instrumentos: (i) Contratos Futuros; (ii) Contratos a Termo (NDF); (iii) Swaps (Basis e Correlation); (iv) Compra e Venda de opções de Compra (CALL) e Venda (PUTS) sem alavancagem (ZCC). Critério de seleção de operações e contrapartes: (i) Operações preferencialmente realizadas em mercado organizado (Bolsa de Valores); (ii) Operações de Balcão apenas com as contrapartes previamente aprovadas; (iii) Operações com Corretoras devem ser realizadas exclusivamente com aquelas que sejam vinculadas ou controladas por Bancos e consequentemente sujeito ao limite de classificação previsto nesta política; e (iv) Operações de venda (PUT Options) são proibidas. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões gerenciais adotados e de comportamentos empresariais. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da administração é gerenciar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Diretoria Executiva. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **Gestão de capital:** A avaliação de risco para gestão de capital tem como objetivo principal garantir a continuidade da operação da Companhia de forma satisfatória, com estrutura capaz de gerar valor aos acionistas com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A principal ação sobre essa gestão decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **5.4. IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** 5.4.1. CPC 50 (IFRS 17). Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021). A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). 5.4.2. Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade: A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituíram todos os exemplos do termo "principais políticas contábeis por informações materiais da política contábil". As informações das políticas contábeis são aquelas consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. 5.4.3. Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação: A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduziram uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. 5.4.4. Alterações à IAS 16 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros: A Companhia adotou as alterações à IAS 16 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituíram a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. 5.5. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto. Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants. Alterações à IAS 7 e IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". Os administradores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros, a seguir: 5.5.1. Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto: As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não continha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da renúnciação de investimentos retidos em alguma antiga controlada também são reconhecidos no resultado da controladora pelo método de equivalência patrimonial ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso transações dessa natureza ocorram. 5.5.2. Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB anunciou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar retrospectivamente as alterações de 2022. Os diretores da controladora esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro. 5.5.3. Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entenderem o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumprí-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020. Os diretores da controladora esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro. 5.5.4. Alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações Acordos de Financiamento de Fornecedores: As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências de divulgação de informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo "acordos de financiamento de fornecedores" não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que forneceram o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e o montante de cada pagamento devido. O objetivo da divulgação de informações de fornecedores, informações sobre o risco de liquidez, as alterações, que contém medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. 5.5.5. Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback": As alterações ao IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário a partir da data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à renúnciação do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e leaseback que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e leaseback celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	92	18
Salvos bancários	90.526	94.197
Aplicações financeiras	260.368	164.770
Total	350.916	258.925
Aplicações financeiras:	31/12/2023	31/12/2022
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	260.368	164.770
Total	260.368	164.770

Houve aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa da companhia atingindo o valor de R\$ 350,916. A evolução do saldo se deve pelo maior fluxo de caixa operacional, fruto de operações de capital de giro, em especial as atreladas às compras de gado a prazo, somados ao resultado positivo no exercício e da operação de alienação de crédito fiscal junto ao BTG. (vide nota 1.2, letras k e l).

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. A exposição da Companhia a risco de taxa e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentadas na Nota Explicativa nº 30. Os ativos financeiros da Companhia foram classificados conforme suas características e intenção em: (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado, de acordo com a tabela a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	350.916	258.925
Total	350.916	258.925

7. Contas a receber de clientes:

	31/12/2023	31/12/2022
Terceiros no país	45.336	128.008
Terceiros no exterior	139.078	107.640
Subtotal	184.414	235.648
(-) Provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(12.592)	(10.882)
Total	171.822	224.766

As contas a receber de terceiros no exterior são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações contábeis. A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, não possuía nenhuma operação que gere efeito significativo de ajuste a valor presente.

Contas a receber por idade de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	158.387	223.605
Vencidas		
Até 30 dias	681	951
De 31 a 60 dias	140	91
De 61 a 90 dias	22	119
Acima de 90 dias	12.592	10.882
Total	171.822	234.766

Movimentação da provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	(10.882)	(8.934)
Créditos revertidos	133.899	120.286
Créditos provisionados	(135.609)	(122.234)
Saldos finais	(12.592)	(10.882)

A provisão para Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração, diante as eventuais perdas. A despesa com a constituição da provisão para perda foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na Rubrica "Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa" são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A possibilidade de recuperação com o cliente inicia-se o processo de cobrança na esfera judicial.

8. Outros créditos:

	31/12/2023	31/12/2022
Cessão de crédito (a)	8.075	7.817
Despesas a apropriar (b)	8.079	10.800
Títulos a receber (c)	712	2.504
Indenizações a receber (d)	4.737	3.983
Seguros a apropriar	2.190	1.357
Outros valores a receber	736	176
Total	24.582	25.917
Circulante	10.519	10.035
Não circulante	14.063	15.882

(a) Contrato com a empresa JSS Com. Atacadista de Carnes Ltda. Alterações à IFRS 7 nº 0019041-87.2009.8.20.0001-8ª Vara Cível da Comarca de Natal-RN; (b) Despesas incorridas na estruturação da emissão de debêntures e Certificados de Recebíveis da Agronegócio (CRA) e corretagem na contratação do Pré-Pagamento de Exportação (PPE) e CCE; (c) Título de crédito referente aos investimentos realizados nas instalações do Frigorífico Juruena Ltda.; (d) Valor referente cumprimento de sentença arbitral favorável à Companhia contra a

Frigol S.A.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos biológicos	84.445	73.917
Produtos acabados	10.898	20.769
Ativos biológicos (Nota Explicativa nº 9.1)	26.435	23.243
Almoxarifado e outros (a)	(1.368)	(3.054)
Provisão para não realização (b)	—	—
Total	120.410	114.869

Incremento de produtos acabados em decorrência dos embarques que serão realizados no início do ano subsequente, em linha com a estratégia da carteira de pedidos do mercado externo. (a) A variação de 2023 para 2022 em almoxarifados de 13,7% se deve ao maior volume de produção para atender o incremento de insumos atrelados a novos mercados atendidos além das correções de preços dos insumos no exercício, impactados por reajuste da inflação e dólar; (b) A queda na provisão dos valores relativos a não realização é consequência da adequação dos saldos dos respectivos itens. Foi constituída a provisão considerando os preços realísticos de mercado dos produtos acabados em relação ao custo contábil. A administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. **Movimentação da provisão para não realização de estoques:**

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	(3.054)	(2.507)
Reversões	41.591	37.400
Provisionados	(39.005)	(37.947)
Saldos finais	(1.368)	(3.054)

9.1. Ativo biológico: A Companhia possui atividade pecuária decorrente de operações de confinamento de gado, estando sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de determinar o valor justo deles, baseando-se no conceito de valor a mercado, no mínimo, durante os encerramentos dos trimestres, são reconhecidos os efeitos das valorizações diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos biológicos mensurados ao valor justo, tinha o seu valor bem próximo ao custo histórico, por esse motivo a administração optou em registrar pelo custo histórico. As operações de ativos biológicos são representadas por gado bovino de confinamento de curto prazo, sendo estas aplicações para abate próprio, cuja valorização a mercado é mensurada de forma contábil em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação.

	Rebanho (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.367
Aumento devido a aquisição	59.111
Custos operacionais	26.400
Baixa devido a transferência para abate	(65.796)
Mudança no valor justo	(2.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.769
Aumento devido a aquisição	36.382
Custos operacionais	14.546
Baixa devido a transferência para abate	(51.764)
Mudança no valor justo	(9.035)
31 de dezembro de 2023	10.898

Em 31 de dezembro de 2023, os animais de confinamento para abate eram compostos de 3.235 cabeças (5.941 cabeças em 31 de dezembro de 2022) de bovinos em fase de engorda em pastagem própria.

10. Impostos a recuperar:

	31/12/2023	31/12/2022
Risco Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (a)	13.238	10.370
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) (b)	54.102	44.463
Programa de Integração Social (PIS) (b)	12.092	11.891
Cofins - exclusão do ICMS da base de cálculo (c)	18.198	17.160
PIS - exclusão do ICMS da base de cálculo (c)	4.053	3.817
IRPJ a recuperar (d)	34.446	29.136
CSLL a recuperar (d)	12.279	10.364
IR e recuperar (e)	406	720
PRR - Programa de Regularização Tributária Rural	50.330	35.343
Imposto de renda retido na fonte	2.986	1.288
INSS a recuperar	2	2
Total	202.132	164.554
Circulante	123.818	102.939
Não circulante	78.314	61.615

(a) O crédito de ICMS teve como fato gerador a apuração e recuperação dos créditos de ICMS de insumos proporcional às exportações do estabelecimento inscrito no CNPJ nº 68.067.446/0010-68, situado em Água Azul do Norte - PA, nos termos do artigo 155, Parágrafo 2º, X, a, da Constituição Federal e do artigo 70 do Regulamento do ICMS do Estado do Pará no valor de R\$ 546, e R\$ 12.692 decorrente da aquisição de gado bovino adquirido em operações interestaduais pelo estabelecimento CNPJ nº 68.067.446/0004-10, situado na Rua Dr. Gabriel de Oliveira Rocha, 704 em Lençóis Paulista - SP, referidos créditos serem utilizados na compensação dos débitos gerados em meses subsequentes e também na aquisição de insumos (embalagens). (b) Os créditos de Cofins e PIS são provenientes, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas na produção de produtos exportados ou de produtos cuja venda é tributada a alíquota zero. A Companhia contratou uma consultoria externa para validar os créditos e atender as exigências do Ato Declaratório Executivo Cofins nº 25/2010. A Companhia entrou com pedido de ressarcimento dos créditos do período de outubro de 2009 a dezembro de 2023, junto a Secretaria da Receita Federal e vem compensando os débitos de imposto de renda retidos na fonte e contribuições previdenciárias. (c) A Companhia registrou a importância de R\$ 22.251, sendo R\$ 9.688 oriundo de crédito tributário e R\$ 12.563 a título de atualização monetária do referido crédito decorrente da ação de exclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins (processo nº 0007482-71.2009.4.03.6108) e do PIS (processo nº 0007481-86.2009.4.03.6108), com julgamento finalizados em 2021. O Supremo Tribunal Federal (STF) apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas referentes ao julgamento do RE nº 574.706, definindo que: • Os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins deve ser dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15 de março de 2017; e • O ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da Cofins é o destacado nas notas fiscais. O acórdão do julgamento do RE nº 574.706 PR, finalizado em 15 de março de 2017, estabeleceu a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins por ter sido realizado sob o rito de Repercussão Geral, nos Termos do artigo 543-B da Lei nº 5.869/73, somente citado a Secretaria da Receita Federal à citada decisão, após a manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme disposição do Art. 19-A da Lei nº 10.522/2002. (d) O saldo é decorrente de pagamentos mensais de estimativa do Imposto de Renda e da Contribuição Social, bem como saldo negativo calculados até 30 de junho de 2023 no montante de R\$ 46.725, sendo principal no valor de R\$ 39.437 e R\$ 7.288 a título de atualização. Em 2021, a Companhia teve decisão favorável no TRF-3 com ganhos em todos os pedidos. Ainda em 2021, embasada pela decisão do TRF-3, dos últimos julgados do CARF e amparada por parecer jurídico iniciou a utilização dos benefícios fiscais do Estado do Pará para efeito de redução da base tributável para imposto de renda e contribuição social, conforme determina a IN 170/2017, Artigo 198. Embora os valores tenham sido utilizados a Companhia de maneira conservadora optou pelo pedido de restituição e não de compensação para evitar discussões tributárias no âmbito administrativo. (e) Em 14 de fevereiro de 2022, o processo nº 5011822-11.2020.4.03.6100 transitou em julgado com desfecho favorável a Companhia, o qual objetivava reconhecer o direito de se creditar do IPI nas aquisições de insumos insumos provenientes da Zona Franca de Manaus, em respeito aos artigos 43, parágrafo 2º, Inciso III, da Constituição Federal de 1988 e 40 do ADCT, com aplicação das alíquotas prevista na TIPI sobre o valor dos produtos adquiridos. **11. Imposto de renda e contribuição social: I) Imposto de renda e contribuição social (diferidos)**

Impostos diferidos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo	Passivo	Líquido
	31/1		

★ continuação

FRIGOL S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos	Valor justo por meio do resultado		Custo amortizado
	31/12/2022	31/12/2022	
Caixas e equivalentes de caixa	6	258.925	-
Contas a receber	7	-	224.766
Adiantamentos a fornecedores	-	-	5.256
Partes relacionadas	13	-	10.531
Outros	-	-	25.917
Passivos			
Fornecedores	16	-	(130.302)
Fornecedores - partes relacionadas	13/16	-	(873)
Adiantamentos de clientes	17	-	(38.139)
Outras contas a pagar	6	-	(3.956)
Indenizações a pagar	22	-	(7.071)
Juros sobre o capital próprio	23	-	(5.659)
Dividendos	24	-	(21.975)
Empréstimos e financiamentos	18	-	(524.817)
Total		258.925	(466.322)

Valor justo por meio do resultado: Os valores em aplicação financeira são atualizados pela taxa efetiva, negociados em curto prazo com instituições financeiras de primeira linha, seu reconhecimento está bem próximo ao valor justo. **Reconhecimento pelo custo amortizado:** Os valores em contas a receber e demais recebíveis são classificados como custo amortizado, valores a receber de clientes são de curto prazo já deduzidos as perdas esperadas reconhecidas no resultado. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos estão contabilizadas as taxas efetivas de juros. **Hierarquia de valor justo:** A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível, 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativos	2023			
	Notas	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixas e equivalentes de caixa	6	350.916	-	-
Total		350.916	-	-
Passivos	2022			
	Notas	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixas e equivalentes de caixa	6	258.925	-	-
Total		258.925	-	-

Risco de crédito: Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos	2023		
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Caixas e equivalentes de caixa	6	350.916	258.925
Contas a receber	7	171.822	224.766
Adiantamentos a fornecedores	-	6.539	5.256
Outros	-	24.528	25.917
Total		553.805	514.864

Risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida. Não é esperado que fluxos de caixa provenientes de vencimentos dos passivos financeiros tenham variações significativas dos expressos a seguir:

Passivos financeiros	31/12/2023				
	Valor contábil	Menos de 01 ano	01-02 anos	Mais que 02-05 anos	Mais que 05 anos
Empréstimos e financiamentos	(527.154)	(294.547)	(170.875)	(61.732)	-
Fornecedores	(203.462)	(203.462)	-	-	-
Outros	(3.269)	(1.836)	(603)	(830)	-
Total					

Risco de taxa de juros: A diretoria entende que o risco de exposição à taxa de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022,

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
				Valor em (USD) mil	Valor em (RS) mil	Resultado (RS) mil	Resultado (RS) mil
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	19/01/2024	(500)	(2.578)	145	
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	26/01/2024	(400)	(1.978)	31	
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	02/02/2024	(500)	(2.479)	45	
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	23/02/2024	(400)	(1.988)	36	
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	01/03/2024	(400)	(1.978)	26	
Subtotal				(2.200)	(11.001)	283	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	05/01/2024	(2.350)	(11.924)	519	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	12/01/2024	(1.475)	(7.554)	386	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	19/11/2024	(2.600)	(13.147)	497	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	26/01/2024	(1.750)	(8.905)	387	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	02/02/2024	(450)	(2.250)	60	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	09/02/2024	(1.350)	(6.712)	137	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	16/02/2024	(1.800)	(8.995)	220	
Subtotal				(11.775)	(59.487)	2.206	
NDF	XP Investimentos	Venda	12/01/2024	(825)	(4.108)	99	
NDF	XP Investimentos	Venda	16/02/2024	(400)	(1.977)	27	
NDF	XP Investimentos	Venda	23/02/2024	(1.750)	(8.733)	195	
NDF	XP Investimentos	Venda	01/03/2024	(900)	(4.507)	113	
NDF	XP Investimentos	Venda	08/03/2024	(1.400)	(7.022)	181	
NDF	XP Investimentos	Venda	15/03/2024	(450)	(2.256)	55	
NDF	XP Investimentos	Venda	22/03/2024	(500)	(2.490)	44	
NDF	XP Investimentos	Venda	12/04/2024	(450)	(2.257)	49	
NDF	XP Investimentos	Venda	19/04/2024	(450)	(2.260)	50	
NDF	XP Investimentos	Venda	26/04/2024	(475)	(2.386)	52	
NDF	XP Investimentos	Venda	24/05/2024	(475)	(2.383)	41	
NDF	XP Investimentos	Venda	31/05/2024	(475)	(2.383)	40	
NDF	XP Investimentos	Venda	07/06/2024	(450)	(2.275)	53	
Subtotal				(9.000)	(45.037)	999	

demonstrados adiante, estão de acordo com a política de gestão de risco financeiro. O perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis era:

Instrumento com taxa variável	Valor contábil	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa		
Remunerados por CDI	260.368	164.770
Total	260.368	164.770

Passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos
Remunerado por CDI
Total
Exposição líquida de ativos e passivos
Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1), a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de suas posições de risco apuradas em 31 de dezembro de 2023. Esta análise considera as expectativas da administração em relação ao cenário macroeconômico, interno e externo. No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2023, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2023 acrescido de deterioração de 10%, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de possível e remoto, respectivamente. Os instrumentos financeiros da Companhia relacionados a riscos relevantes são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI, Dólar e da Libor para empréstimos e financiamentos e para aplicações financeiras o CDI.

Análise de sensibilidade da variação de juros: O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa Libor e CDI, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). O endividamento está atrelado, às taxas Libor, TR, CDI e cupom fixo ("RS e USD"). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação da Libor, TR ou CDI o custo do endividamento pós-fixado se eleva e por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos. Quanto às aplicações da Companhia, o principal indexador é o CDI para operações no mercado interno e cupom fixo ("USD") para operações no mercado externo. Visto que ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se desfavoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis. **Risco de variação cambial:** A seguir apresentamos as principais exposições ao risco de variação cambial.

Operacional	USD		RS	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	13.255	13.898	64.173	72.515
Contas a receber de clientes	20.114	20.720	97.375	108.112
Subtotal	33.369	34.618	161.548	180.627

Financeiro	31/12/2023			
	Adiantamento de clientes	Empréstimos e financiamentos	Subtotal	Total da exposição Derivativos (valor nominal)
	(7.239)	(46.931)	(54.170)	(54.170)
	(3.252)	(263.460)	(266.712)	(266.712)
	(35.048)	(244.874)	(279.922)	(279.922)
	(16.968)	(298.508)	(315.476)	(315.476)
	(16.968)	(298.508)	(315.476)	(315.476)
	(16.968)	(298.508)	(315.476)	(315.476)

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial oriunda de sua carteira de contas a receber do mercado externo (venda). O instrumento utilizado é *Non Deliverable Forwards* (NDF). Além dos derivativos para proteção contra variação cambial para as contas a receber da Companhia (Venda), no primeiro trimestre de 2023 a companhia realizou operações de *Non Deliverable Forwards* (NDF) para proteção das dividendos em dólar (Compra), visando mitigar parte da variação cambial futura por conta de oscilações do câmbio. Todas as operações de derivativos do programa de *hedge*, estão detalhadas nas quadros a seguir, que inclui informações sobre o tipo de instrumento, instituição emissora, data de início, vencimento e valores de referência em dólar e reais.

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
				Valor em (USD) mil	Valor em (RS) mil	Resultado (RS) mil	Resultado (RS) mil
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	19/01/2024	(500)	(2.578)	145	
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	26/01/2024	(400)	(1.978)	31	
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	02/02/2024	(500)	(2.479)	45	
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	23/02/2024	(400)	(1.988)	36	
NDF	Banco Bocom BBM S.A.	Venda	01/03/2024	(400)	(1.978)	26	
Subtotal				(2.200)	(11.001)	283	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	05/01/2024	(2.350)	(11.924)	519	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	12/01/2024	(1.475)	(7.554)	386	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	19/11/2024	(2.600)	(13.147)	497	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	26/01/2024	(1.750)	(8.905)	387	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	02/02/2024	(450)	(2.250)	60	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	09/02/2024	(1.350)	(6.712)	137	
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	16/02/2024	(1.800)	(8.995)	220	
Subtotal				(11.775)	(59.487)	2.206	
NDF	XP Investimentos	Venda	12/01/2024	(825)	(4.108)	99	
NDF	XP Investimentos	Venda	16/02/2024	(400)	(1.977)	27	
NDF	XP Investimentos	Venda	23/02/2024	(1.750)	(8.733)	195	
NDF	XP Investimentos	Venda	01/03/2024	(900)	(4.507)	113	
NDF	XP Investimentos	Venda	08/03/2024	(1.400)	(7.022)	181	
NDF	XP Investimentos	Venda	15/03/2024	(450)	(2.256)	55	
NDF	XP Investimentos	Venda	22/03/2024	(500)	(2.490)	44	
NDF	XP Investimentos	Venda	12/04/2024	(450)	(2.257)	49	
NDF	XP Investimentos	Venda	19/04/2024	(450)	(2.260)	50	
NDF	XP Investimentos	Venda	26/04/2024	(475)	(2.386)	52	
NDF	XP Investimentos	Venda	24/05/2024	(475)	(2.383)	41	
NDF	XP Investimentos	Venda	31/05/2024	(475)	(2.383)	40	
NDF	XP Investimentos	Venda	07/06/2024	(450)	(2.275)	53	
Subtotal				(9.000)	(45.037)	999	

Diretoria	
José Eduardo de Oliveira Miron Diretor Presidente	Orlando Henrique Negrão Diretor de Operações
Carlos Eduardo Simões Correa Diretor Administrativo e Sustentabilidade	Eduardo Masson de Andrade Martins Diretor Financeiro

Contador	
Angelo Eduardo Rossini - CRC 1SP221257/O-5	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Frigol S.A. - Ribeirão Preto - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Frigol S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Frigol S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações contábeis acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em

conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
				Valor em (USD) mil	Valor em (RS) mil	Resultado (RS) mil	Resultado (RS) mil
NDF	Banco Voller S.A.	Venda	05/01/2024	(350)	(1.731)	32	
NDF	Banco Voller S.A.	Venda	26/01/2024	(450)	(2.221)	31	
NDF	Banco Voller S.A.	Venda	09/02/2024	(550)	(2.716)	37	
NDF	Banco Voller S.A.	Venda	15/03/2024	(400)	(2.000)	44	
Subtotal				(1.750)	(8.668)	144	
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	26/01/2024	(950)	(4.803)	179	
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	02/02/2024	(450)	(2.274)	82	
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	09/02/2024	(450)	(2.274)	81	
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	22/03/2024	(500)	(2.507)	60	
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	28/03/2024	(1.050)	(5.289)	147	
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	14/06/2024	(450)	(2.26		